



Projeto banhados em Nós - Patrimônio Cultural, Material e Natural da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos*

Débora Cristina da Silva

Secretária Administrativa do COMITESINOS.

E-mail: deboradakini@gmail.com

Norberto Kuhn Junior

Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cultura.
Centro Universitário Feevale.

E-mail: nkjunior@feevale.br

* Baseado na dissertação "Os banhados em nós e nós nos banhados: patrimônio cultural, material e natural da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale em 2016/01.

Recebido em: 09 mar. 2017. Revisado em: 21 mar. 2017. Aceito: 02 abr. 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.21674/2448-0479.34.711-722>

Resumo

Os banhados (termo local de identificação de áreas úmidas) são capazes de influenciar benéficamente as condições de qualidade e quantidade das águas. A ocupação dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos potencializa os efeitos negativos de inundações e aumenta a dificuldade de tratamento da água bruta para abastecimento humano. Ecossistemas que abrigam uma diversidade importante de espécies de plantas e animais, exercem papel de área de extravasamento dos corpos hídricos, capazes de armazenar e filtrar água dos períodos de cheia. A presente pesquisa propõe-se a defender o tombamento dos banhados como patrimônio, uma opção alternativa às leis de conservação ambiental e de gestão de recursos hídricos, por que estas não são observadas a ponto de assegu-

rar a conservação dos banhados. Para tanto, baseou-se em duas questões orientadoras: a) Qual o espaço que o banhado tem na vida das pessoas que habitam a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos?; b) Existem fatores materiais, culturais e naturais capazes de contribuir para o processo de tombamento dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos? Para essa pesquisa, foram analisadas as políticas públicas e instrumentos legais que fundamentam a gestão dos recursos hídricos da região, através do COMITESINOS. Mas também foram consideradas outras fontes capazes de traduzir a relação entre pessoas e banhados: registros fotográficos, músicas, literatura e, especialmente, a escuta de narrativas de pessoas que viveram os banhados e que revelam “os banhados em nós e nós nos banhados”. Foram tratados, de um lado, dos riscos e ameaças dessa convivência, da marginalização de comunidades afetadas por períodos de cheia. Por outro lado, das trajetórias sociais, da melancolia de tempos vividos, do exercício da fé e do fornecimento de alimentos que valorizam tais ecossistemas e apontam para sua conservação. Pelos elementos descobertos nesta trajetória de pesquisa, é coerente a recomendação de que o reconhecimento dos banhados como patrimônio material, cultural e natural da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos desponta como uma estratégia viável de conservação “dos banhados em nós e de nós nos banhados” a ser incorporada às ações dos órgãos gestores.

Palavras-chave: Banhados. Bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. Gestão de recursos hídricos.

Introdução

A bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, localizada no estado do Rio Grande do Sul, região sul do Brasil, constitui o território delimitador desta pesquisa, com área de aproximadamente 3.280km², abrangendo (total ou parcialmente) 32 municípios, concentrando mais de 1.200.000 habitantes (COMITESINOS; UNISINOS, 2006 *apud* SILVA, 2010, p. 6).

Chama-se bacia hidrográfica o território que, configurado pelo relevo, drena as águas para um mesmo corpo hídrico principal por força da gravidade, neste caso, o Rio dos Sinos.

Deste contexto da Bacia Sinos, destacam-se as áreas úmidas (localmente denominadas banhados). Ecossistemas “formados por organismos vivos, com um determinado nível de organização” (VERDUM, 2012, p.17). Intermitentes ou perenes, os banhados abrigam uma diversidade importante de espécies de plantas e animais. Servem de abrigo para reprodução de peixes, espaços ricos em alimentos para aves, e neste processo desempenham grande influência sobre as condições de qualidade da água (pois retêm nutrientes). Os banhados também exercem papel de área de extravasamento dos corpos hídricos, capazes de armazenar água dos períodos de cheia e liberá-la aos poucos, reabastecendo rios e arroios nas épocas de menor precipitação. Estima-se que a conservação “das áreas úmidas é uma das formas mais econômicas de proteção das populações às enchentes” (JUNK, 2013, p. 2). Além disso, a restauração de áreas úmidas poderá ser mais barata do que a aplicação de soluções de contenção de inundações como diques e barramentos (JUNK, 2013, p. 2).

O termo ‘patrimônio’ está sendo abordado com base na interpretação de Gonçalves (2012, *apud* TAMASO e LIMA FILHO, 2012,

p.59), identificando-se com um ‘grito de guerra’, pois “qualquer espaço da cidade, qualquer atividade, qualquer lugar, qualquer objeto pode ser, de uma hora para outra, identificados e reivindicados como ‘patrimônio’ por um ou mais grupos sociais”.

Arantes (2006) cunhou o termo “patrimônio ambiental urbano”, “associando a noção de ambiente à de patrimônio urbano” (ARANTES, 2006, p. 430). E neste sentido defende a integração da conservação com o planejamento urbano “com base no reconhecimento da singularidade das áreas preservadas no contexto mais amplo da cidade” (ARANTES, 2006, p. 433).

No escopo dos patrimônios materiais, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, estão os “Sítios do Patrimônio Natural” que “protegem áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da diversidade biológica e da paisagem” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014). O tombamento de uma das áreas de banhado da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos tem caráter pioneiro no Rio Grande do Sul.

Metodologia

A compatibilização da gestão de recursos hídricos e o atendimento às demandas socioculturais compõem mais um dos desafios da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. Nesta linha, os passos perseguidos foram os seguintes:

- Levantamento de dados acerca das relações culturais e histórico-sociais com as áreas de banhados da bacia.

- Identificação de políticas públicas e instrumentos legais, ambientais, de gestão de recursos hídricos e patrimoniais, que favorecem a conservação de banhados.

- Levantamento dos procedimentos aplicados pelo IPHAN e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual - IPHAE para o tombamento de patrimônios culturais, materiais e naturais foram avaliados.

- Observação em campo, especialmente em eventos públicos promovidos pelo COMITESINOS.

- Pesquisa iconográfica em charges, pinturas e fotografias;

- Pesquisa bibliográfica, na literatura e na música;

- Observação de imagens de satélite, através do dispositivo gratuito Google Earth®;

- Entrevistas com moradores da Bacia Sinos (considerando a expectativa de obter relatos sobre a modificação da paisagem da Bacia Sinos nos últimos quarenta anos).

- Elaboração de recomendações pensando na conservação dos banhados.

A partir das diferentes fontes acessadas, seguiu-se uma trajetória interpretativa que apresenta os resultados desde os temores e conflitos que os usos dos banhados imbricam, crescendo para a vida que pulsa neste ecossistema riquíssimo, culminando na esperança que tais áreas carregam.

A representação dos banhados da Bacia Sinos em imagens compõe campo diverso e rico de pesquisa. Na tentativa de estabelecer uma linha racional de análise das imagens identificadas, e ciente de que maior tempo de pesquisa proporcionaria um rol muito mais amplo de resultados, buscou-se um agrupamento por estilo: charge, pintura, fotografia.

Eckert e Rocha (2011), em seus estudos etnográficos em grandes centros urbanos, apostaram no pressuposto de que “os seres humanos são habitados por imagens, se pensam através delas e enquadram o tempo e o mundo a partir de determinadas constelações de imagens”. Por isso, as imagens compõem elemento importantíssimo de investigação.

Sem o intuito de esgotar o vasto campo de possibilidades, a presente pesquisa buscou verificar se há fatores culturais, materiais e naturais que possam contribuir para o processo de tombamento dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos.

Resultados e Discussões

Partindo da premissa de que a presente pesquisa objetiva ampliar o flanco de recursos disponíveis para a conservação dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, apresenta-se seus resultados:

a) as funções ecológicas e os serviços ambientais prestados pelos banhados, dentre os quais se destacam as contribuições para as condições de qualidade e quantidade das águas; a minimização dos efeitos de grandes precipitações e de grandes estiagens; suporte, abrigo e alimento à espécies de fauna e flora;

b) a grande diversidade de espécies endêmicas de ambientes de banhados;

c) o potencial de produção de alimentos específicos de ambientes úmidos e o movimento de resgate das Plantas Alimentícias Não-convencionais (PANC), pelo reconhecimento dos benefícios à

saúde, pelos indicativos etnológicos sobre os usos destas fontes de nutrição;

d) a rápida diminuição dos banhados da Bacia Sinos a partir da ocupação de mais de 80% das áreas úmidas nos últimos 30 anos;

e) a crescente ocorrência de inundações em locais urbanizados, afetando a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à moradia decente;

f) indispensável manutenção do sistema hídrico da Bacia Sinos para o atendimento às necessidades humanas, inclusive as atividades produtivo-econômicas;

g) o descumprimento da legislação ambiental que formalmente assegura a conservação das áreas úmidas;

h) a negligente atuação frente à Convenção de Ramsar, da qual o Brasil é signatário desde 1993, quando reconheceu as funções ecológicas insubstituíveis das áreas úmidas e comprometeu-se com a sua conservação;

i) a necessária criatividade por parte da população engajada e do poder público com vistas ao bem-estar coletivo;

j) o empenho de organismos como o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, a Rede Ambiental do Rio dos Sinos (MP/RS), o IPHAN e o IPHAE em assegurar o reconhecimento e salvaguarda de patrimônios públicos;

k) o Artigo 1º da Portaria Nº 127/2009 do IPHAN, que declara “Paisagem Cultural Brasileira uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009);

l) as recomendações resultantes dos encontros da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente – ABRAMPA, dos quais o tema central tem sido a conservação patrimonial e que considera que as paisagens hídricas, que congregam aspectos ecológicos e existenciais e são elementos constitutivos da memória e da identidade do povo brasileiro, devem ser objeto de ações de conhecimento e salvaguarda (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MEIO AMBIENTE, 2014, p. 4);

m) as experiências já existentes de patrimonialização de ecossistemas e/ou paisagens naturais;

n) a partir das evidências apresentadas nesta pesquisa, a utilização dos banhados como espaço de segmentação e marginalização social;

o) registros identificados (músicas, contos, fotos, charges, ilustrações, narrativas) corroboram para o aspecto da segregação, demonstrando o temor causado pela dinâmica dos banhados quando intransponíveis no viver diário;

p) os banhados aparecem conectados à cultura local de maneira positiva pelos seus aspectos recreativos, turísticos, de demonstração de fé, de espaço lúdico e pedagógico, de modos bucolizados de viver em harmonia com o ambiente;

q) as iniciativas já traçadas pelo Projeto VerdeSinos, coordenado politicamente pelo Comitesinos, e seus respectivos ganhos no sentido do zoneamento de planícies de inundação;

r) o sucesso de ações conservacionistas está intimamente relacionado ao entendimento social da importância coletiva de tais estratégias.

Embora a legislação ambiental vise à proteção de espécies, ela não dá conta da defesa de espécies pela riqueza do seu valor cultural. Do âmbito simbólico dos usos que estão deixando de ser

feitos de plantas capazes de transmutar a passagem do tempo. A política de conservação patrimonial demonstra-se mais abrangente e capaz de dar conta da manutenção dos sentidos subjetivos dos banhados em nós e de nós nos banhados. Aliada aos aspectos subjetivos, a relevância ambiental dos banhados deve ser considerada, pois são ecossistemas fundamentais as condições de qualidade e quantidade das águas, e conseqüentemente importantes à manutenção da vida.

Considerações Finais

Os banhados estão em nós! Nós estamos nos banhados! A presente pesquisa agrupou elementos que permitem afirmar que os banhados estão em nós e que nós estamos nos banhados. Os registros reais do pulsar natural dos corpos d'água que ocupam os banhados e invadem áreas hoje urbanizadas. O pavor de quem perde tudo pela má gestão das cidades e submergem na lama. A literatura que trabalha com o imaginário coletivo, as músicas que expõem a convivência e o medo deste ambiente. Os conflitos estabelecidos entre conservação, exploração imobiliária, interesses produtivos.

Memórias que resgatam modos de vida associadas aos banhados, lembranças de infâncias saudáveis em contato com estes habitats, fonte de alimentos, berço de culturas agrícolas. Registros iconográficos capazes de traduzir a fé que pessoas depositam em nossas águas, além do conhecimento científico da capacidade reguladora das condições de qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

A conexão das pessoas com o ambiente dos banhados, registradas em imagens, em músicas, na literatura, narrativas que reve-

lam “os banhados em nós e nós nos banhados”, sinaliza para a necessidade fundamental do respeito e conservação dos banhados, além da viabilidade real de tombamento destes ambientes. Se não pelo argumento ecológico, pelos serviços que presta ao ambiente hídrico e, conseqüentemente, à comunidade.

Reconhecendo a dificuldade de efetivar o proposto pela referida declaração, reduzir o foco, dedicando empenho na conservação dos banhados, vigilantes da necessidade de manutenção das Áreas e Proteção Ambiental e Unidades de Conservação, parece já ser bastante positivo.

Considerando os elementos que mobilizam os banhados em nós e nós nos banhados, projetando a esperança de vida, de respeito, o reconhecimento deste patrimônio material, natural e cultural traduziria a meta desta pesquisa. Pelo apresentado na presente trajetória do medo à esperança, defende-se a recomendação de que o reconhecimento dos banhados como patrimônio cultural, material e natural da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos desponta como uma estratégia interessante e viável. Os banhados que estão nós!

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MEIO AMBIENTE - ABRAMPA. Carta de Porto Alegre. VI ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Notícia**. Disponível em: <http://www.abrampa.org.br/noticias_listar.php?idNoticia=94>. Acesso em: 19 jan. 2014.

ARANTES, A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista HABITUS**: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. Goiás. Goiânia, v. 4, n. 1, 2006.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. **Política & Trabalho**: Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abr. 2011.

GONÇALVES, J. R. S. As transformações do patrimônio: da retórica da perda a construção permanente. In: LIMA FILHO, M. F., TAMASSO, I. M. (Orgs). **Antropologia e patrimônio cultural**: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria No 127/2009**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

JUNK, W. J. O equilíbrio ambiental que vem das áreas úmidas. Entrevista. **IHU Online**, São Leopoldo, 2013. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/%2F%20entrevistas/%2F522230-entrevista-especial-com-wolfgang-junk&ei=F5y-VdWSKovQeNGXuuAI&usg=AFQjCNFd4NAv9SS__dSI-rROwsy8RWH0Q&sig2=WwoOnGPWAm8AMQKG2IVd8A Acesso em 25 de julho de 2015.

JUNK, W. J. et al. **As áreas úmidas e o novo Código Florestal**. Disponível em:< <http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/abrirPDF/1251>> Acesso em 25 de julho de 2015.

JUNK, W. J. (Org.). **Definição e Classificação das Áreas Úmidas (AUs) Brasileiras**: Base Científica para uma Nova Política de Proteção e Manejo Sustentável., Cuiabá: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas – INAU, 2013. Disponível em:<www.inau.org.br/classificacao_areas_umidas_completo.pdf> Acesso em 25 de julho de 2015.

SILVA, D.C. A participação social na gestão dos recursos hídricos ao longo dos 21 anos de trabalho do Comitesinos. In__ : **Novos Ambientes para a Participação**. Brasília: UFMG, 2010.

TAMASO, I.; LIMA FILHO, M.F (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: trajetória e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

VERDUM, R. et al. (Orgs) **Paisagem. Leituras. Significados. Transformações**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.